



Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul

CNPJ nº 92.863.000/0001-33

Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social sob nº 30.506/39

Declarada de Utilidade Pública:
Federal - Dec. 22.450 de 14/01/1947
Estadual - Dec. 925 de 03/12/1949
Municipal - Lei 269 de 10/09/1949

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022

Apresentamos as Demonstrações Contábeis 2022, que refletem todas as ações desenvolvidas ao longo do ano visando atender aos compromissos da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul (ACM-RS) quanto a sua missão, visão e valores. Neste ano, ainda desafiador, em face de situação deixada pela pandemia mundial de COVID-19, mantemos o foco na retomada das atividades 100% presenciais e adotamos medidas que minimizaram as ameaças que ainda perduraram neste ano. Mas com o trabalho e dedicação de profissionais e voluntários também avançamos em ações e atividades que são estratégicas para a nossa instituição, como a consolidação do Programa de Compliance e o início do funcionamento da Usina Fotovoltaica da ACM-RS, instalada no Cemitério Ecumênico João XXIII. Como instituição, nos reinventamos para continuar a atender a comunidade acemista, bem como a comunidade em geral.

Seguimos no objetivo de aprimorarmos nossa atuação no estado e cada vez mais oferecer produtos e serviços de qualidade, e que nossa atuação venha a cumprir nossa Missão, de sermos agentes de transformação da sociedade de acordo com a mensagem cristã. Seguiremos no ano de 2023 firmes, ativos e fazendo ainda mais pelas comunidades onde atuamos. A todos os nossos colaboradores voluntários e profissionais nosso reconhecimento pela dedicação e empenho em prol de nossa instituição. Os desafios continuam, assim como nossa força, fé e compromisso com a sociedade.

Enio Roberto Gonçalves Ferreira - Presidente ACM-RS
José Ricardo Calza Caporal - Secretário-geral ACM-RS

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro (em Reais)

Ativo	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	6.152.369	7.496.768
Contas a receber (Nota 5)	5.685.680	4.823.535
Estoques (Nota 12)	3.603.950	3.404.820
Adiantamentos	722.461	625.470
Despesas antecipadas	197.299	47.108
Devedores diversos (Nota 6)	3.974.357	2.743.881
Perdas estimadas crédiq. duvidosa	(3.850.361)	(2.637.363)
	16.485.754	16.504.219
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber (Nota 5)	824.732	699.934
Depósitos judiciais	708.441	673.796
Devedores diversos (Nota 6)	855.636	1.569.859
	2.388.808	2.943.589
Imobilizado (Nota 7)		
Imobilizado	104.987.311	102.523.151
Depreciação	(31.827.374)	(30.503.831)
	73.159.937	72.019.320
	75.548.745	74.962.908
Total do Ativo	92.034.499	91.467.127

Passivo e Patrimônio Líquido

CIRCULANTE	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Fornecedores	231.784	430.680
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	1.465.957	1.580.349
Obrigações fiscais	24.319	28.822
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	3.949.730	3.349.236
Contas a pagar	18.736	17.575
Mensalidades recebidas antecipadamente	3.719.635	2.922.057
Subvenções e recursos a aplicar (Nota 10)	4.190.194	3.873.337
	13.600.355	12.202.057
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	1.667.628	3.068.402
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	262.411	250.350
Provisão para contingências (Nota 11)	599.478	347.273
Credores diversos (Nota 12)	2.338.030	2.371.469
Outros Valores (Nota 6)	833.532	1.569.859
	5.701.078	7.607.354
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social	33.534.506	30.934.629
Reserva de reavaliação	34.044.288	34.654.437
Ajuste de avaliação patrimonial	4.078.923	4.088.891
Superávit acumulado	1.075.351	1.979.759
	72.733.067	71.657.716
Total do passivo e do patrimônio líquido	92.034.499	91.467.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (em Reais, exceto quando indicado)

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL E OBJETIVOS (INFORMAÇÕES GERAIS)

A Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul - ACM-RS foi fundada em 26 de novembro de 1901, na cidade de Porto Alegre, gozando de plena autonomia, com jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul. Tem como objetivos: propiciar o entendimento, a compreensão e a fraternidade entre as pessoas, tanto no campo nacional como no internacional; difundir os ensinamentos de Cristo; proclamar e praticar relações humanas sem distinção de idade, de ordem social, racial, nacionalidade, política e religiosa; promover o aperfeiçoamento espiritual, moral, intelectual, físico e social de seus associados e frequentadores, visando especialmente à infância e à juventude; e estender sua ação, por meio de trabalhos filantrópicos, a pessoas não pertencentes a seu quadro social.

Fundamenta-se como instituição filantrópica, educacional e de assistência social, sem fins lucrativos; não remunera ou concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores; aplica integralmente seus recursos no território nacional, na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais; mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que asseguram a sua respectiva exatidão; conserva em boa ordem a documentação comprobatória de suas operações; aplica em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e demais legislações vigentes em que se enquadram; apresenta, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretária da Receita Federal; recolhe tributos retidos sobre rendimentos pagos ou creditados, bem como cumpre as obrigações acessórias decorrentes; e não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio social, sob qualquer forma ou pretexto. Em caso de dissolução, há previsão estatutária para a reversão do seu patrimônio social à entidade congênere ou à entidade pública. Caso apresente superávit em suas contas, destina o referido resultado a seus objetivos educacionais e de assistência social.

A ACM-RS também foi declarada como entidade de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 925, de 03 de dezembro de 1949, e pela Lei Municipal nº 269, de 10 de setembro de 1949, as quais se encontram em vigor, cumpridas as obrigações acessórias decorrentes.

Consoante seus objetivos estatutários atuam preponderantemente em duas áreas, a Educacional e a de Assistência Social, nas quais aplica seus recursos, cumprindo as obrigações previstas no art. 14 do Código Tributário Nacional, bem como os requisitos previstos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 até o término de sua vigência, que ocorreu com a edição da Lei Complementar 187 que entrou em vigor em 16 de dezembro de 2021, conforme descrito a seguir.

(1.a) Na área Educacional, além do supra referido, está adequada às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE, na forma do art. 214 da Constituição Federal, oferecendo bolsas de estudo na forma e proporção previstas na Lei Complementar 187/21 - Art 19 e seguintes.

Visando atender o definido na Lei nº 12.101/09, até o término de sua vigência, e posteriormente a Lei Complementar 187/21, com base em informações e controles da ACM-RS, a Entidade apresenta o quadro demonstrativo das gratuidades dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Demonstrações dos Resultados (em Reais)

	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de educação (Nota 14)	11.055.264	9.330.743
Receita de assistência social (Nota 16)	6.274.915	5.303.128
Receita de prestação de serviços (Nota 18)	27.895.570	21.827.112
Receita da venda de imobilizado	2.120.554	1.706.416
Receita de ações judiciais	28.078	29.895
Receita de locação de bens (Nota 13c)	244.174	146.782
Receita de bens recebidos em doação	-	4.199.715
	47.618.555	42.543.791
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Deduções da receita de educação (Nota 14)	(4.664.710)	(3.984.332)
Deduções da receita de assistência social (Nota 16)	-	(429)
Deduções da receita de prestação de serviços (Nota 18)	(707.996)	(539.681)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	42.245.850	38.019.349
Custo operacional (Nota 15)	(35.476.975)	(29.959.732)
RESULTADO OPERACIONAL DAS ATIVIDADES	6.768.875	8.059.617
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas administrativas (Nota 19)	(3.296.843)	(3.360.461)
Receitas financeiras, líquidas (Nota 17)	(429.895)	338.076
Despesa com depreciação (Nota 7)	(1.323.543)	(1.268.520)
Perdas no recebimento de créditos	(643.163)	(1.788.952)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	1.075.431	1.979.759
ISENÇÕES USUFRUÍDAS (Nota 13e)		
Renúncia Fiscal obtida	(5.082.205)	(4.373.106)
Renúncia Fiscal	5.082.205	4.373.106
TRABALHO VOLUNTÁRIO		
Trabalho voluntário realizado	217.624	318.758
Trabalho voluntário	(217.624)	(318.758)
SUPERÁVIT DO PERÍODO	1.075.431	1.979.759

Demonstrações dos Resultados Abrangentes (em Reais)

	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Superávit do exercício	1.075.431	1.979.759
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	610.149	613.267
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	9.969	9.969
Resultado abrangente do exercício	1.695.548	2.602.995

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em Reais)

	Patrimônio Social		Reserva de reavaliação		Ajustes de avaliação patrimonial		Superávit período		Total PL
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Em 31 de dezembro de 2020	29.212.167	35.267.704	4.098.860	1.099.227	69.213.927				
Incorporação de resultados	1.099.227	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	610.149	(610.149)	-	-	(1.099.227)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	9.969	-	(9.969)	-	-	-	-	-	-
Superávit do período	-	-	-	-	1.979.759	1.979.759	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	30.934.629	34.654.437	4.088.891	1.979.759	71.657.716				
Incorporação de resultados	1.979.759	-	-	-	(1.979.759)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	613.267	(610.149)	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	9.969	-	(9.969)	-	-	-	-	-	-
Superávit do período	-	-	-	-	1.075.351	1.075.351	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	33.534.506	34.044.288	4.078.923	1.075.351	72.733.067				

Unidades	Quantidades de alunos								Total (%)
	Colégio ACM Centro		Centro Profissional		Vovô Cazemiro		Total		
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Gratuidades 100%	6	3	0	0	198	201	204	204	
Gratuidades 50%	4	9	0	0	2	1	6 (3)*	10 (5)*	
Acréscimo tempo integral, art. 20º, parágrafo 3º, inciso II Lei 187/21 (0,4)	0	0	0	0	79,60	80,40	79,20	80,40	
Pagantes	307	267	240	248	0	0	547	515	
Total de Alunos	317	279	240	248	200	202	757	729	100
Total Gratuidade							286,20	289,40	37,80

No exercício de 2022, foram atendidos 210 alunos com gratuidade, distribuídos da seguinte forma: 6 bolsas integrais (100%), 198 bolsas integrais (100%) em turno integral, e 6 bolsas parciais (50%).

Para as bolsas da Vovô Cazemiro, de turno integral, aplica-se o disposto do artigo 20º, parágrafo 3º inciso II da Lei Complementar 187/2021, o qual define 1,4 para cada bolsa concedida, totalizando assim 277,2 (198 x 1,4) gratuidades concedidas.

*As 6 bolsas parciais (50%) equivalem a 3 bolsas integrais.

Desta forma, foi concedido o total de 286,20 bolsas equivalentes a integrais, o que representa 37,80%, calculado sobre o universo de 757 alunos, dos quais 547 são pagantes, atendendo a alínea I e II, do parágrafo 1º, do artigo 20 da Lei nº 187 de 16 de dezembro de 2021.

As bolsas estão distribuídas conforme quadro a seguir:

Bolsas concedidas	100%		50%		Quantidade		Custo total de Bolsas (R\$)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pré-escola em tempo integral	198	201	3	1	201	202	3.789.004	3.468.560
Anos iniciais - ensino fundamental	0	0	0	0	0	0	0	0
Anos finais - ensino fundamental	4	3	3	5	7	8	95.277	84.165
Ensino Médio	2	0	0	4	2	4	37.109	30.368
Ensino Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	204	204	6	10	210	214	3.921.390	3.583.093
Total de bolsas de estudo - Gratuidades 100%							3.869.706	3.514.265
Total de bolsas de estudo - Gratuidades 50%							51.684	68.829
Total							3.921.390	3.583.093

A seguir apresentamos o quadro disponibilizado no site do CEBAS - MEC, no qual apresenta o cálculo de bolsas de acordo com a legislação vigente, resultado no total de bolsas integrais equivalentes.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (em Reais)

	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT DO PERÍODO	1.075.351	1.979.759
Ajustes para conciliar o superávit ao fluxo das atividades operacionais:		
Depreciação	1.323.543	1.268.520
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (2.222.873)	(2.222.873)	2.228.471
Encargos Financeiros sobre empréstimo	64.559	34.235
Receita doação imobilizado	-	(4.199.715)
Provisões para contingências	252.204	(791.217)
	492.784	520.054
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS	(703.374)	832.504
Recebeíveis de Clientes e outros	(703.374)	832.504
Estoques	(199.130)	(797.811)
Outras contas a receber	2.354.223	(476.658)
	1.451.719	(441.965)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(198.896)	(197.909)
Obrigações sociais e trabalhistas	612.555	527.501
Outras contas a pagar	341.327	455.269
	754.985	784.860
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.699.488	862.950
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	(2.464.160)	(5.291.508)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.464.160)	(5.291.508)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	344.899	384.099
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.963.825)	(1.165.388)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.579.726)	(820.489)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.344.398)	(5.249.048)
DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No fim do período	6.152.369	7.496.768
No início do período	7.496.768	12.745.816
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.344.398)	(5.249.048)

Demonstrações dos Resultados dos Períodos por Atividade (em Reais)

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO		
Receita alunos pagantes	7.133.875	5.747.649
Bolsas de estudo 100%	3.869.706	3.514.265
Bolsas de estudo 50%	51.684	68.829
Mensalidades concedidas em bolsa de estudos	3.921.390	3.583.093
Receita bruta de Educação (Nota 14)	11.055.264	9.330.743
Descontos promocionais		

Total de alunos matriculados (a)	Educação Básica
Alunos bolsa integral	757
Alunos bolsa integral e com deficiência	6
Alunos bolsa integral e em tempo integral	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	198
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu)	0
Número total de alunos com bolsa integral	0
Outras bolsas integrais (b)	204
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)	0
Alunos inadimplentes (d)	0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	
Alunos bolsa parcial de 50%	6
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu)	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50%	6
Numero total de bolsas integrais equivalentes	286

Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/5	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido

(1.b) A área de Assistência Social está vinculada à rede socioassistencial privada no âmbito do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, conforme atestado pela autoridade pública, e presta, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos seus beneficiários na área de Assistência Social, bem como, atua na defesa e garantia dos direitos a quem presta serviços ou realiza ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação; está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social e possui seus programas e projetos devidamente registrados no Conselho Municipal de Assistência Social.

No exercício de 2022, com base em informações e controles da ACM-RS, demonstramos na Nota 16, o total de 1.959 atendidos pela Assistência Social (2021 – 2.204), enquadrados no nível de complexidade dos SUAS.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade em 3 de março de 2023.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão definidas na NBC TG 1000 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como na ITG 2002(R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e de acordo com art. 29 e 33 da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, e pela Lei 12.868/13, que estavam vigentes até 16 de dezembro de 2021, e recentemente adequadas a Lei Complementar 187/2021.

2.2. Demonstração do resultado do período

É adotado o princípio da competência de exercícios para o registro das operações. A receita de ativo imobilizado está registrada como resultado operacional.

2.3. Ativo circulante e não circulante

Apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. As aplicações financeiras estão classificadas como disponível para venda. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são calculadas pelo valor considerado suficiente pela Administração, para fazer frente a eventuais perdas, sendo estas, detalhadas nas notas explicativas as quais, por ventura, fizerem parte.

2.4. Imobilizado

Os itens mais relevantes são demonstrados pelo valor reavaliado e ajustados patrimonialmente até 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas em anos anteriores por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação para edifícios. A parcela da reserva de reavaliação referente a edifícios é transferida (realizada) para superávit acumulado na mesma proporção em que os edifícios são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para superávit acumulados quando os terrenos forem alienados. O valor dos jazigos e nichos, integrantes do complexo das necrópoles, em cessão de uso perpétuo, em cessão temporária e dos jazigos disponíveis permanece registrado no ativo imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas divulgadas na Nota 7. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado.

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07 e na Resolução CFC Nº 1.292/10 – NBC TG 01 (R4). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, o que não foi necessário no período, pois não houve nenhum indicio que obrigasse a Entidade a registrar em sua contabilidade.

2.5. Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e variações monetárias incorridas. A provisão para contingências considerada necessária é contabilizada com base na análise individual dos processos pela Administração da Entidade em conjunto com a assessoria jurídica.

2.6. Subvenções recebidas – com restrição

Os valores recebidos a título de subvenções são registrados como obrigações, no passivo, e na comprovação da sua utilização são registrados na Demonstração do Período do Período, quando aplicados no custeio das atividades, em conformidade com a NBC TG 07.

2.7. Doações recebidas – com restrição

Os valores recebidos a título de doações regidos por contratos ou convênios, são registrados como obrigações e na comprovação da sua utilização são transferidos para despesa e registrados na receita do período, em conformidade com a NBC TG 07.

2.8. Escrituração contábil segregada por área

As transações são contabilizadas de forma segregada pelas áreas e respectivas atividades de ensino e suas gratuidades, de assistência social conforme tipificação, de prestação de serviços e despesas administrativas, registradas por centro de custo e contas.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas em cada nota explicativa, se aplicável.

A ACM-RS elabora anualmente orçamentos operacionais e de investimentos e desenvolve planejamento estratégico anual e quinquenal.

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em Reais	
	2022	2021
Caixa e bancos	3.109.472	2.433.971
Bancos - projetos a executar (Nota 10)	2.923.408	3.924.913
Fundo para reinvestimento no Cemitério João XXIII	119.489	1.137.884
	6.152.369	7.496.768

5. RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS

	2022	2021
Prestação de Serviços		
Clientes cessão perpétua - CEJXXIII	2.455.728	2.149.529
Visa pré-datado - CEJXXIII	742.003	497.995
Banricompras pré-datado - CEJXXIII	119.081	132.073
Demais clientes - CEJXXIII	65.007	65.007
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - CEJXXIII	(219.140)	(103.049)
	3.162.679	2.741.555

Demais valores a receber - Sede	421.002	305.515
	421.002	305.515

Clientes - CEPA	707.014	618.778
Programa Saúde a Receber - ACM Região das Hortênsias	1.010.103	634.017
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.439)	(42.760)
	1.631.678	1.210.035

	2022	2021
Ensino		
Mensalidades escolares - Colégio ACM Centro	654.604	759.718
Mensalidades escolares - Região das Hortênsias	146.206	89.440
Mensalidades escolares - Rua da Praia	494.18	417.205
	1.295.053	1.266.343

	6.510.412	5.523.469
--	------------------	------------------

Circulante	5.685.680	4.823.535
Não circulante	824.732	699.934

6. DEVEDORES DIVERSOS

	Em Reais	
	2022	2021
Valores a recuperar	-	3.277.101
Outros Valores - Coop. Moradores Morro Santana (a)	4.683.893	4.207.222
Funerárias CEPA	12.208	13.158
Restaurante CC MAC Ltda.	14.546	21.037
Demais valores a receber	119.345	72.323
(-) Perdas estimadas com créditos liquidação duvidosas	(3.850.361)	(5.914.464)
	979.631	1.676.377

Circulante	123.996	106.518
Não circulante	855.636	1.569.859

(a) Em devedores diversos consta a operação com a Cooperativa de Moradores do Morro Santana, denominada Jardim Continental, relativa ao terreno localizado no Morro Santana, conforme contrato, celebrado em 18 de outubro de 2017, no valor total atualizado de R\$ 4.683.893 (em 2021 – R\$ 4.207.222), tendo parcelas vencidas no montante de R\$ 3.850.361, o qual foi estimado como perdas com crédito de liquidação duvidosa. O contrato possui vencimento final em 2024, prevendo encargos de 0,5% ao mês, corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A referida operação tem cláusula que mantém a propriedade para a ACM-RS em caso de inadimplemento.

(b) Em análises efetuadas constataram-se diferenças em contas do disponível circulante, no montante de R\$ 3.277.101, no ano de 2019, para as quais foi estimado anualmente, em provisão para perdas, de acordo com opinião jurídica, chegando ao valor total em 2021, sendo finalizada em 2022, no entanto a ocorrência segue acompanhada por processo judicial

7. IMOBILIZADO

	Terrenos	Prédios	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Obras em andamento e outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	19.125.930	40.668.627	259.900	-	176.384	1.805.065	210.814	1.549.898	63.796.617
Aquisição	-	17.065	24.276	0	3.600	397.809	143.157	4.705.601	5.291.508
Doações recebidas	4.199.715	-	-	-	-	-	-	-	4.199.715
Transferências	-	-	-	-	-	3.998	-	(3.998)	-
Depreciação	-	(706.093)	(54.952)	-	(36.102)	(292.363)	(121.199)	(57.811)	(1.268.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.325.645	39.979.600	229.224	-	143.882	1.914.509	232.771	6.193.689	72.019.320
Custo total	23.325.645	63.003.885	1.251.672	95.585	501.782	4.932.962	2.813.013	6.598.607	102.523.151
Depreciação acumulada	-	(23.024.286)	(1.022.448)	(95.585)	(357.900)	(3.018.453)	(2.580.242)	(404.918)	(30.503.831)
Residual em 31 de dezembro de 2021	23.325.645	39.979.600	229.224	-	143.882	1.914.509	232.771	6.193.689	72.019.320
Saldos em 1º de janeiro de 2022	23.325.645	39.979.600	229.224	-	143.882	1.914.509	232.771	6.193.689	72.019.320
Aquisição	-	190.634	44.798	-	-	79.523	119.702	2.029.504	2.464.160
Transferências	-	5.426.445	-	-	-	-	-	(5.426.445)	-
Depreciação	-	(806.359)	(46.616)	-	(36.102)	(285.581)	(89.702)	(59.301)	(1.323.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.325.645	44.790.320	227.407	-	107.720	1.708.451	262.949	2.737.447	73.159.938
Custo total	23.325.645	68.620.965	1.296.470	95.585	501.782	5.012.485	2.932.715	3.201.666	104.987.311
Depreciação acumulada	-	(23.830.645)	(1.069.063)	(95.585)	(394.062)	(3.304.034)	(2.669.766)	(464.219)	(31.827.374)
Residual em 31 de dezembro de 2022	23.325.645	44.790.320	227.407	-	107.720	1.708.451	262.949	2.737.447	73.159.938

Taxa média ponderada depreciação - % 1,18% 3,6% 7,21% 5,7% 3,05% 1,85%

A reserva de reavaliação, cujo valor residual é de R\$ 34.044.288 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R\$ 34.654.437), decorre da mais valia apurada pelas reavaliações efetuadas nos bens imóveis, em 2007, com base em laudo emitido naquela data pela FBENG Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda. A realização da reserva de reavaliação e o ajuste patrimonial estão sendo procedidos, de acordo com a depreciação ou baixa dos bens.

A ACM-RS recebeu em doação a posse da área em que se localiza a Unidade Cruzeiro do Sul (50% do total da área) no ano de 2021. A avaliação realizada por profissional habilitado estimou seu valor de mercado em R\$ 4.199.175, considerando o valor da área recebida. A instituição já ajuizou ação de Usucapião para a regularização da propriedade.

Com base na revisão da vida útil dos prédios da Entidade, são as seguintes taxas percentuais de depreciação:

Localidade	2022	2021
Washington Luiz, 1036, 1050 e 1070 - Porto Alegre	1,43	1,43
Washington Luiz, 1094 - Porto Alegre	2,00	2,00
Demétrio Ribeiro, 981 - Porto Alegre	2,00	2,00
Protásio Alves, 2.248 - Tramandaí	1,43	1,43
Padre Lima, 669 - Porto Alegre	4,00	4,00
Maceió, 321 e 323 - Porto Alegre	4,00	4,00
Avenida Natal 60 - Porto Alegre	1,34	1,34
Godofredo Raymundo, 177 - Canela	1,42	1,42
Rua dos Andradas, 525 - Santana do Livramento	1,42	1,42
Rincão do Coelho - São Francisco de Paula	1,43	1,43
Sarmento Leite, 975 - Porto Alegre	1,43	1,43
Estrada João Antônio da Silveira, 4.065 - Porto Alegre	1,35	1,35
Rua dos Andradas, 719 - Santana do Livramento	2,00	2,00
Rua dos Andradas, 1560, 7º and. - Porto Alegre	2,00	2,00

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Em Reais	
	2022	2021
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	64.654	116.377
Cartão de Crédito Banco do Brasil (VISA)	54.445	40.316
BNDES - PESE II - Folha de pagamento	496.468	1.091.284
Empréstimo BNDES Placas Fotovoltaicas	2.518.017	3.366.919
Financiamento Banco RCI - Veículo Ilesa CEPA	-	33.854
	3.133.585	4.648.751
Circulante	1.465.957	1.580.340
Não Circulante	1.667.628	3.068.402

O financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) refere-se ao parcelamento de aquisição de bens operacionais, adquiridos de fornecedores, mediante utilização do cartão BNDES. Os bens adquiridos não podem ser alienados durante a vigência do financiamento. A taxa – de juros aplicada é atualizada mensalmente pelo BNDES, que em dezembro de 2022 fechou em 1,85% ao mês.

O empréstimo BNDES – PESE II refere-se ao Programa Emergencial de Suporte ao Emprego concedido em 2021, para financiamento da folha de pagamento devido à pandemia Covid-19, dividido em 30 parcelas, à taxa de juros de 3,75% ao ano, restando o saldo de 10 parcelas a pagar em dez/22.

O Empréstimo BNDES Placas Fotovoltaicas financiou o investimento da construção da usina de energia fotovoltaica, com a instalação de 7.000 m² de placas de energia solar, preenchendo a área do topo dos oito prédios do Cemitério Ecumênico João XXIII, a qual abastecerá as sete Unidades da Instituição. O investimento será quitado em 54 parcelas, à taxa de juros de 0,38% ao mês, considerando variação do CDI, calculado pela tabela SAC, restando 35 parcelas a pagar em dez/22.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Em Reais	
	2022	2021
Provisão de férias e encargos sociais	2.467.489	2.145.567
Salários a pagar	890.981	712.323
Acordo adicional tempo serviço	262.411	250.350
FGTS a recolher	208.895	174.548
IRRF a recolher	226.879	178.695
INSS a recolher	153.740	136.873
Contribuição sindical a recolher	1.746	1.230
	4.212.141	3.599.586
Circulante	3.949.730	3.349.236
Não circulante	262.411	250.350

10. OBRIGAÇÕES POR SUBVENÇÕES E RECURSOS A APLICAR – com restrição

Neste grupo são registrados os valores recebidos, depositados em bancos, em contas específicas, a serem aplicados de acordo com contrato e/ou projeto de desenvolvimento social devidamente aprovado, firmados, em sua maior parte, com entes públicos, seguindo criterioso processo de prestação de contas regido por lei. Os recursos utilizados e registrados, ao final do mês, são retirados do passivo e reconhecidos como receita de doação ou subvenção.

Abaixo saldos detalhadas dos projetos por Unidades/área assistencial:

	Em Reais	
	2022	2021
ACM Morro Santana	86.909	94.822
ACM Cruzeiro	2.167.506	1.886.711
ACM Vila Restinga Olímpica	1.838.909	1.786.405
Projeto Borboleta	81.864	41.708
Apoio Desenvolvimento Social	15.006	63.691
	4.190.194	3.873.337

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2022	2021
Trabalhistas	544.978	297.273
Cíveis	54.500	50.000
	599.478	347.273

Em 31 de dezembro de 2022, os processos de natureza cível e trabalhista, para os quais os assessores jurídicos atribuem expectativas de perda provável, montam em R\$ 599.478 (2021 - R\$ 347.273), foram provisionados pela ACM-RS, sendo que no exercício de 2022 foram pagos R\$ 106.120 (2021 - R\$ R\$ 684.583), em indenizações trabalhistas. Os processos de natureza cível e trabalhista, para os quais os assessores jurídicos atribuem expectativa de perda possível montam em R\$ 2.369.558 (2021 - R\$ 515

Os recursos para as atividades de assistência social são originados das doações, subvenções e das receitas das atividades sociais da ACM-RS.

(e) Demonstração das contribuições previdenciárias devidas, caso a entidade não gozasse de imunidade: O valor das contribuições sociais, caso a entidade não gozasse de imunidade, a título de contribuições devidas (empregador) seria de R\$ 4.885.914 (2021 - R\$ 4.205.159) e a título de Programa de Integração Social - PIS sobre a folha de pagamento seria de R\$ 196.291 (2021 - R\$ 167.947), totalizando R\$ 5.082.205 (2021 - R\$ 4.373.106).

14. RECEITAS E DEDUÇÕES DE EDUCAÇÃO

	2022	2021
Receitas		
Alunos pagantes	7.133.875	5.747.649
Mensalidades concedidas em bolsas de estudo 100%	3.869.706	3.514.265
Mensalidades concedidas em bolsas de estudo 50%	51.684	68.829
	<u>11.055.264</u>	<u>9.330.743</u>
Deduções		
Bolsas de estudo concedidas - 100%	3.869.706	3.514.265
Bolsas de estudo concedidas - 50%	51.684	68.829
Descontos promocionais (não utilizados em gratuidades)	604.136	341.735
Devolução mensalidades/anuidades	139.184	59.504
	<u>4.664.710</u>	<u>3.984.333</u>

16. RECEITAS E DESPESAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Demonstração dos atendidos e valores aplicados em assistência social:

Unidades/Projetos assistenciais	Doações R\$	Subvenções R\$	Tipificação: serviço de proteção social especial de média complexidade	Atendidos 2022	Atendidos 2021	Aplicação (R\$) 2022	Aplicação (R\$) 2021
Projeto Borboleta	45.960	197.731	Serviço de proteção social Especial para Pessoas com Deficiência	19	17	294.231	247.875
Unidades/Projetos assistenciais			Tipificação: serviço de proteção social básica				
Unidade Morro Santana	213.386	780.484	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos	141	143	1.032.855	915.771
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos (Trabalho Educativo)	26	30		
			Serviço de Convivência de Vínculos Familiar e Comunitário	30	25		
Unidade Cruzeiro do Sul	209.549	2.495.719	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 0 a 06 anos	201	204	2.211.204	1.734.966
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos	225	225		
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos	12	12		
			Serviço de Atendimento Familiar - SAF (Núcleo CRAS)	675	960		
Unidade Vila Restinga Olímpica	157.110	2.156.700	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos	591	546	2.309.156	1.648.156
			Aprendizagem Profissional	39	42		
Apoio para Assistência Social	18.277		(Serviço de apoio, gestão e captação de recursos)			416.731	394.767
Total 2022	644.281	5.630.634		1.959		6.264.178	
Total 2021	798.876	4.504.252			2.204		4.941.535

Os Projetos e serviços de Assistência Social da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul estão de acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, enquadrados no nível de complexidade do SUAS: Proteção Social Especial de Média Complexidade para o Projeto Borboleta e os demais Projetos enquadrados em Serviço de Proteção Social Básica.

17. RECEITAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

Em 2022 e 2021, as receitas financeiras recebidas são compostas das seguintes contas:

	2022	2021
Juros de cobrança por atraso	154.320	119.681
Rendimento de aplicações financeiras	284.798	124.967
Rendimentos CDB/RDB	8.011	102.581
Variações monetárias ativas	261.828	612.412
Descontos recebidos	8.781	59
	<u>717.738</u>	<u>959.699</u>

Em 2022 e 2021, as despesas financeiras auferidas são compostas das seguintes contas:

	2022	2021
Despesas bancárias	(268.850)	(232.648)
Juros pagos	(550.096)	(387.545)
Multas de mora	(5.834)	(1.431)
Variações monetárias passivas	(322.854)	-
	<u>(1.147.634)</u>	<u>(621.624)</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o valor líquido das receitas financeiras, deduzidas as despesas financeiras totaliza -429.895 (2021 - R\$ 338.076).

18. RECEITAS E DEDUÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2022	2021
Receitas		
Unidade ACM Esportes Centro	4.907.059	2.902.048
Unidade Cemitério Ecumênico João XXIII	9.444.366	9.104.194
Unidade ACM Tramandaí	247.337	125.340
Unidade ACM Livramento	757.142	500.580
Unidade ACM Região das Hortênsias	12.474.165	9.143.680
Unidade ACM Vila Restinga Olímpica	61.405	50.940
Administração	4.098	330
	<u>27.895.570</u>	<u>21.827.112</u>
Deduções		
Descontos promocionais (não utilizados em gratuidades)	(390.780)	(268.074)
Receita cancelada	(317.216)	(271.607)
	<u>(707.996)</u>	<u>(539.681)</u>

"Ademais, a discussão acerca da natureza do diploma exigido pelo constituinte é inócua no presente caso, pois, conforme assentado pelas instâncias ordinárias competentes, a recorrida satisfaz as condições da imunidade, sob o prisma de qualquer norma legal ou regulamento administrativo em vigor (cf. fls. 367/368). Por isso, não cabe a esta Corte rediscutir esses fatos, consoante a Súmula 279/STF.

Assim, o único debate relevante no caso é o da possibilidade de extensão dessa reconhecida imunidade à contribuição para o PIS. A resposta afirmativa depende do enquadramento da exação no grupo das "contribuições para o custeio da seguridade social", pois somente estas são abrangidas pelo art. 195, §7º."

A ACM-RS não vem procedendo ao recolhimento e provisionamento das contribuições previdenciárias por entender e demonstrar que os montantes de recursos despendidos em educação e assistência social suplantam os benefícios obtidos. Ademais, a ACM-RS, conforme declaração fornecida por ente público gestor do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), está vinculada à rede socioassistencial privada no âmbito do SUAS, condição esta suficiente para a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social - CEBAS, bem como atingiu as metas estabelecidas na referida legislação como destaca as demonstrações contábeis dos períodos em questão, tendo reunido condições suficientes para a concessão de novo certificado.

(b) Tributária

A ACM-RS está imune ao lançamento de IPTU sobre os imóveis de sua propriedade e ISSQN sobre as prestações de serviço por inexistir fato gerador, conforme preceito constitucional.

No âmbito do ISSQN, a ACM-RS obteve a imunidade reconhecida, através de processo administrativo e judicial, estando dispensada do pagamento do imposto em todos os Municípios onde tem sede. A Entidade propôs ainda ação declaratória em razão de lançamentos infundados por parte do Município de Porto Alegre quanto a IPTU e ISSQN a fim de que seja reconhecida a sua condição de imune frente aos tributos Municipais, principalmente, IPTU e ISSQN, tendo sido julgado favorável, declarando a inexistência de relação jurídica tributária entre o Município de Porto Alegre e a ACM-RS, decisão está confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com trânsito em julgado.

No âmbito estadual, possui imunidade tributária declarada, tanto na esfera administrativa, quanto judicial.

A ACM-RS obteve êxito em todas as instâncias, em processo judicial transitado em julgado que objetivava a imunidade tributária sobre o Programa de Integração Social - PIS, a qual declarou a inexigibilidade da referida Contribuição Social, condenando a União a restituir os valores indevidamente pagos nos últimos 5 anos do ajuizamento da ação.

Também, amparada no entendimento do seu enquadramento como entidade imune, a ACM-RS não sofre a retenção de Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras, preconizado pela Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, bem como não sofre incidência de IOF sobre operações financeiras, conforme decisão judicial da Justiça Federal transitada em julgado no processo nº 5015413-73.2011.4.04.7100.

12. CREDORES DIVERSOS

Refere-se aos valores envolvidos no Termo de Transação assinado em 24 de abril de 2013, entre a ACM-RS, a CORTEL S.A. - Consórcio Rio-grandense de Construção e Urbanização e o espólio de José Elias Flores e Maria Elias Flores, pelo qual, a ACM-RS obteve consolidação definitiva e judicial da sua condição de exclusiva proprietária, mantenedora e administradora do Cemitério Ecumênico João XXIII, propiciando, sem mais, qualquer discussão judicial:

a) a devolução de áreas da necrópole, anteriormente ocupadas pelo Grupo Cortel;

b) a comercialização, sem interferência, de jazigos perpétuos;

c) a responsabilidade da construção de crematório e de novos jazigos;

d) o recebimento de indenizações;

e) o acerto dos estoques, com o ajuste definitivo dos direitos da empreiteira Cortel (homologado em 24 de setembro de 2013) e das pessoas físicas a ela vinculadas (homologado em 25 de abril de 2013); e

f) período de 5 anos de carência, a partir do qual serão efetuadas as operações com as negociações dos estoques de jazigos e nichos.

A ACM-RS iniciou os pagamentos em maio de 2018, após o período de carência, de acordo com termo de transação. Neste exercício foram repassados os valores que somam de R\$ 294.676 (2021 - R\$ 307.301), além de consideradas as comissões de vendas de 2022 equivalendo à quantidade de 24,57 jazigos (2021 - 25,76 Jazigos) quitados.

Em 08 de abril de 2022, houve a oficialização da apuração do valor médio de venda, para fins de apuração dos jazigos quitados, sendo refeito o cálculo dos anos anteriores, e apurada a redução no abatimento de 4,04 jazigos, totalizando dessa forma, a quitação de 101,09 jazigos, do total de 1.822 devidos.

A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, não houve necessidade em constituir provisão tendo em vista não haver evidências que justificassem tal procedimento.

A Entidade está atenta a este monitoramento ao final de cada exercício, visto que seu estoque é composto por Unidades de jazigos, nichos, túmulos e urnas.

13. ATIVIDADES ASSISTENCIAIS

Em atendimento à legislação vigente e diretrizes da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e LDE (Lei de Diretrizes da Educação) são divulgadas a seguir como forma de aferir o cumprimento de disposições relacionadas com a imunidade de contribuições sociais.

(a) Doações – com restrição:

No exercício de 2022, as doações recebidas e aplicadas pela entidade montam em R\$ 644.281 (2021 - R\$ 798.876), sendo registradas como resultado do período.

b) Subvenções – com restrição, recebidas e respectivas aplicações de recursos:

No exercício de 2022, foram recebidas as subvenções, classificadas como "com restrição" e aplicadas na realização de projetos de caráter assistencial e cultural, no montante de R\$ 5.630.634 (2021 - R\$ 4.504.252), as quais são registradas como receita no resultado do período.

(c) Receita de locação de bens:

No exercício de 2022, as receitas de locações de bens montam em R\$ 244.174 (2021 - R\$ 146.782).

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DE GRATUIDADES SOBRE RECEITA LÍQUIDA DAS ÁREAS

	2022	2021
Receita líquida de atividades de prestação de serviço	27.187.575	21.287.431
Receita líquida de atividades ensino recebida	6.390.554	5.346.410
Receita líquida de atividades assistência social	6.274.835	5.302.699
Total Receita líquida Áreas (DRP por Atividade)	<u>39.852.964</u>	<u>31.936.540</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações Gratuidades Educacionais	3.921.390	3.583.093
Aplicações Gratuidades Assistência Social	6.264.178	4.941.535
Total de Gratuidades	<u>10.185.567</u>	<u>8.524.628</u>

Percentual de aplicação de recursos em relação à receita líquida das áreas - %

Contribuições previdenciárias devidas

25,56%

26,69%

5.082.205

4.373.106

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Consultivo	498.289	559.133
Financeiro	365.284	362.103
Tecnologia da informação	441.684	444.946
Gestão de pessoas	458.624	421.570
Secretaria geral	848.003	833.855
Gerência administrativa	279.537	270.005
Apoio administrativo	329.259	309.698
Comunicação e marketing	261.492	350.155
Contabilidade	375.640	313.111
Relações institucionais	0	22.758
Apropriações	(560.968)	(526.873)
	<u>3.296.843</u>	<u>3.360.461</u>

20. COBERTURA DE SEGUROS

A ACM-RS mantém coberturas de seguros contratadas para cobertura de riscos em imóveis em relação a incêndio, raio ou explosão, no montante de R\$ 37.496.000 (2021 - R\$ 35.200.000).

21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Os trabalhos voluntários são mensurados ao seu valor justo levando-se consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços. Os valores são reconhecidos no resultado do período em conta redutora da despesa e na despesa, não gerando efeito no resultado, mas evidenciando o trabalho voluntário realizado, de vital importância para Entidade, atendendo assim ao estabelecido na ITG 2020 (R1). No exercício de 2022 foram 2.307 horas dedicadas, executados por 55 voluntários, contabilizando o valor total mensurado em R\$ 217.625.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Entidade, entre o final do período de 2022 e a data de aprovação, pela Administração, das demonstrações contábeis, não ocorreu nenhum evento que afetasse as demonstrações e suas notas explicativas.

Ariane Pereira da Silva
Contador - CRC - RS 081136/0

Ênio Roberto Gonçalves Ferreira
Presidente - CPF 424.575.640-34

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 10 de março de 2023.
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "RS" 024298/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul, com sede nesta cidade de Porto Alegre, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 65 do Estatuto da ACM-RS, através de seus membros abaixo assinados emite o seguinte parecer:

Este Conselho Fiscal, reunido ordinariamente em 14 de março de 2023, procedeu à verificação das Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, as Demonstrações dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Período por Atividade, as Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis, dos Relatórios Contábeis, da Escrituração Contábil pertinente, bem como dos demais documentos de suporte contábil, inclusive do relatório e opinião emitido pelos auditores independentes Audisa Auditores Associados, tudo relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Após a análise, constatou que os documentos relacionados acima se apresentam em ordem e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul e resolveu aprovar os respectivos registros e demonstrativos, para encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Associados Básicos.

Edson Alberto Ristov
CPF: 382.625.090-72

Pedro Muller Coelho de Souza
CPF: 014.128.410-20

Giulia Costa Reinbrecht
CPF: 008.324.450-61

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DO RIO GRANDE DO SUL que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.